

Morro da Mesa Concessionária S/A
Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo:

- Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
- Balanço patrimonial
- Demonstração do resultado
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente
- Demonstração dos fluxos de caixa
- Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras

Prezados senhores

Acionistas e Administradores
Morro da Mesa Concessionária S/A
Primavera do Leste/MT

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Morro da Mesa Concessionária S/A (“Morro da Mesa” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Morro da Mesa Concessionária S/A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Sem modificar nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras, para uma melhor compreensão do seu teor, chamamos atenção aos seguintes assuntos:

(i) Partes relacionadas – Parte significativa das operações e saldos a pagar na data-base destas demonstrações financeiras referem-se a operações junto a partes relacionadas (notas explicativas 12, 14 e 22), decorrentes de prestações de serviços, venda de imobilizado e transferências de recursos financeiros (R\$ 16.248 mil em 2023 e R\$ 10.989 mil em 2022). A definição de parâmetros e termos das negociações realizadas são administradas no âmbito geral do grupo empresarial, não sendo escopo dos nossos trabalhos a análise individual destas operações. Segundo a Administração, as negociações são realizadas seguindo os parâmetros de mercado e, nesse sentido, nossos exames limitaram-se ao confronto dos valores contabilizados com os respectivos controles de apuração mantidos, além de testes de efetivação de serviços prestados e suas respectivas transferências financeiras junto às partes relacionadas.

(ii) Geração de caixa e liquidez – Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia vem auferindo, nos últimos exercícios, resultados operacionais pouco expressivos em relação aos seus passivos, o que impacta diretamente na apresentação da sua liquidez e alavancagem financeira. Tal situação, considerando o volume de passivos de curto prazo existentes em ambas datas-bases, fez com que a Administração desse início em uma série de medidas para garantir o aumento da geração de caixa e cumprimento dessas obrigações, visando a busca do reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da concessão através de ações como a reconsideração de isenções de lindeiros e eixos suspensos, reajuste de tarifas e revisão de outros custos e investimentos necessários, entre outras medidas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou

cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se estas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Cuiabá/MT, 08 de março de 2024.

Prado Suzuki & Associados S/S
CRC-MT 000214/O

Bruno da Silva Martins
Contador, CRC-MS 009050/O-6 T-MT

Agnaldo Canhete da Silva
Contador, CRC-MT 005498/O-3

Morro da Mesa Concessionária S/A
Balanço patrimonial em 31 de dezembro, em milhares de Reais

Contas	Nota	2023	2022
Ativo		207.730	216.653
Circulante		12.791	11.298
Caixa e equivalentes de caixa	4	809	901
Aplicações financeiras	4	6.154	6.304
Contas a receber	5	3.942	3.123
Estoques	-	203	185
Impostos a recuperar	-	167	138
Outros créditos	6	1.516	647
Não circulante		194.939	205.355
Aplicações financeiras	4	531	384
Outros créditos	6	408	405
Investimentos	-	924	882
Direitos de uso	7	6.667	6.829
Imobilizado	8	11.851	12.057
Intangível	9	174.558	184.798

Contas	Nota	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido		207.730	216.653
Circulante		32.900	34.293
Obrigações trabalhistas	10	2.329	2.306
Obrigações fiscais	11	9.467	6.832
Fornecedores	12	4.708	5.434
Empréstimos e financiamentos	13	16.062	17.527
Arrendamentos a pagar	7	211	247
Outras obrigações	14	11	1.753
Dividendos a pagar	16	112	194
Não circulante		106.718	114.993
Obrigações trabalhistas	10	1.496	1.935
Obrigações fiscais	11	10.898	7.649
Empréstimos e financiamentos	13	76.105	89.231
Arrendamentos a pagar	7	6.371	6.582
Outras obrigações	14	8.537	6.737
Provisão para contingências	15	1.514	846
Impostos diferidos	21	1.797	2.013
Patrimônio líquido	16	68.112	67.367
Capital social	-	51.529	51.336
Reservas de lucros	-	16.583	16.031

Morro da Mesa Concessionária S/A Demonstração do resultado, em milhares de Reais Períodos entre 1o de janeiro e 31 de dezembro

Contas do resultado	Nota	2023	2022
Receitas líquidas	17	64.757	60.758
Custo dos serviços prestados	17	(48.168)	(46.711)
Lucro bruto		16.589	14.047
Despesas operacionais	18	(5.550)	(6.696)
Administrativas	-	(3.216)	(4.404)
Pessoal	-	(2.334)	(2.292)
Outras receitas e despesas operacionais	19	(823)	1.638
Lucro operacional		10.216	8.989
Encargos financeiros líquidos	20	(9.463)	(8.119)
Receitas financeiras	-	564	725
Despesas financeiras	-	(10.027)	(8.844)
Lucro antes dos impostos		753	870
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(305)	(150)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	216	181
Lucro do exercício		664	901

Morro da Mesa Concessionária S/A Demonstração das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, em milhares de Reais

Histórico	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Patrimônio líquido
		Reserva legal	Retenção de lucros	Incentivos fiscais		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	51.306	2.102	7.436	5.786	-	66.630
Integralização de capital social	30	-	-	-	30	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	901	901
Destinações legais						
Constituição de reserva de incentivos fiscais e legal	-	45	-	81	(126)	-
Destinações a serem propostas em Assembleia						
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(194)	(194)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	581	-	(581)	-
Outros resultados abrangentes						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	51.336	2.147	8.017	5.867	-	67.367
Integralização de capital social	193	-	-	-	193	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	664	664
Destinações legais						
Constituição de reserva de incentivos fiscais e legal	-	33	-	183	(216)	-
Destinações a serem propostas em Assembleia						
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(112)	(112)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	335	-	(335)	-
Outros resultados abrangentes						
Saldos em 31 de dezembro de 2023	51.529	2.180	8.333	6.050	-	68.112

Morro da Mesa Concessionária S/A Demonstração dos fluxos de caixa, em milhares de Reais Períodos entre 1o de janeiro e 31 de dezembro

Movimentação do caixa	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro do exercício	664	901
Conciliação do lucro ao caixa operacional		
Depreciação e amortização	11.471	8.378
Valor residual na baixa de imobilizado	-	893
Provisão para contingências	668	321
Impostos diferidos	(216)	(181)
Variação dos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(819)	(588)
Estoques	(18)	(35)
Impostos a recuperar	(29)	(124)
Outros créditos	(872)	1.962
Direitos de uso	(85)	-
Obrigações trabalhistas	(416)	(2.895)
Obrigações fiscais	5.884	5.914
Fornecedores	(726)	(2.810)
Outras obrigações	57	5.381
Caixa líquido das atividades operacionais	15.563	17.117
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	3	(32)
Investimentos	(42)	(57)
Imobilizado	(1.263)	(4.265)
Intangível	238	-
Caixa líquido das atividades de investimento	(1.064)	(4.354)
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	(14.591)	(12.147)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(14.591)	(12.147)
Aumento líquido (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(92)	616

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, em milhares de Reais

1. Contexto operacional

A Morro da Mesa Concessionária S/A (“Concessionária” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída na forma de uma SPE – Sociedade de Propósitos Específicos, em 08 de junho de 2011. Seu capital é detido pela Constral Construtora Ltda., com 51% de participação e a Argesil – Armazéns Gerais e Silos Itaquê Ltda., com os 49% restantes.

Trata-se de Companhia constituída com prazo de duração por tempo determinado, limitado ao termo final do Contrato de Outorga de Concessão 001/2011/00/00 celebrado junto ao Estado de Mato Grosso, por intermédio da SETPU – Secretaria de Estado de Infraestrutura (atualmente Sinfra – Secretaria de Estado de Infraestrutura) – firmado em 15 de julho de 2011, com vigência de 35 anos a partir daquela data, suportado por retificações de cláusulas, preâmbulos e descrições contidas no primeiro e segundo aditivos contratuais. Este contrato é fundamentado no certame licitatório 14/2009, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, edição de 19 de agosto de 2009, no qual a Companhia sagrou-se vencedora.

A Companhia tem por objeto social, única e exclusivamente, explorar a outorga de concessão, mediante a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão de serviço público, precedida de execução de obra pública para exploração da rodovia MT-130, no trecho entre o Trevo de Rondonópolis (início da MT-130, no Km 0) e Primavera do Leste (entroncamento com a BR-070), no Estado de Mato Grosso, mediante a cobrança de pedágio e receitas acessórias previstas pelas Leis Estaduais 8.264/04 e 9.120/09, bem como a Lei Federal 8.987/95. A Companhia é pioneira nesse modelo de contratação no Estado de Mato Grosso. Operação da rodovia – Condicionada aos parâmetros de desempenho estabelecidos no PER – Programa de Exploração da Rodoviária, a operação comercial da rodovia iniciou-se parcialmente no mês de outubro de 2012, por meio de uma praça de cobrança de pedágio e, com a conclusão da segunda praça em novembro de 2012, passou a operar integralmente.

Finalização das obras de execução – As obras iniciais da rodovia foram concluídas no mês de abril de 2016, quando a fiscalização do Basa realizou uma vistoria de constatação da aplicação total de recursos por este financiados. A partir desta data, foram executadas as obras necessárias de manutenção e conservação periódicas da rodovia e faixas de domínio. A vistoria de conclusão das obras com emissão do certificado de implantação ocorreu ainda em 2017.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão – A Companhia firmou junto a SETPU – Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana, em 19 de dezembro de 2014, o segundo aditivo ao contrato de concessão, no qual foram retificadas algumas cláusulas relacionadas aos prazos e serviços executados na rodovia, bem como sobre a extensão do prazo de concessão que passou de 28 anos para 35 anos.

Reajuste da tarifa de pedágio (Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão) – Em 07 de março de 2022, foi publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso a autorização pela AGER – Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso para reajuste de 5,66% na tarifa de pedágio, que passou de R\$ 9,00 para R\$ 9,50, em observância ao item 3.9 – “Equilíbrio Econômico e Financeiro” do Contrato de Concessão e cláusulas diversas, que mencionam que “...as partes poderão recompor sempre que ocorrer casos e necessidades que afetem diretamente as condições estabelecidas no Contrato de Operacionalização da Concessão...”. Os últimos reajustes tarifários do contrato de concessão ocorreram em 06 de março de 2023 (R\$ 10,15) e em 07 de março de 2024 (R\$ 10,60).

Contexto do negócio - A Concessão, desde o início das suas operações, vem enfrentando uma série de desafios, tanto no cenário econômico nacional como no seu ambiente regional, como:

- O TAC firmado em 16/04/2014, decorrente do processo ACP 3196-98.2014.811.0003, isentou os usuários de baixa renda que são lindeiros limítrofes à praça de pedágio em Rondonópolis/MT;

- Alteração de normativa promovida pela Medida Provisória nº 833/2018, convertida na Lei nº 13.711, de 24 de agosto de 2018, e autorizada pelo Governo Estadual através da Portaria 074/2018/SINFRA, datada de 30/05/2018, a qual estabelece a isenção para eixos suspensos dos veículos de carga;

- Aumento considerável no custo do barril de petróleo, que inflacionou o preço de todo material betuminoso indispensável para a execução dos serviços asfálticos (manutenção e conservação da rodovia) em torno de 60%; e

- Os investimentos iniciais realizados na rodovia em razão da sua degradação quando da entrega pelo poder concedente não foram eficazes para mantê-la em bom estado de conservação ao longo do período, ocasionando investimentos extraordinários para a recuperação precoce do pavimento a fim de proporcionar qualidade aos usuários.

A Administração da Companhia está empenhada nessas ações, as quais são entendidas como imprescindíveis para a manutenção da saúde do negócio e a prestação de serviços de qualidade aos usuários da MT-130.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além das regulamentações específicas da AGER – Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso e da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 08 de março de 2024.

2.2 Base de mensuração – As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir seu valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação – Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e mensuração de valor justo – A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamentos por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos

nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 7: Direitos de uso – Análises se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação e;

- Nota explicativa 9: Intangível – Enquadramento do contrato de concessão nos moldes do Pronunciamento Técnico ICPC 01, para fins de reconhecimento contábil.

(b) Estimativas: As informações sobre estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 7: Direitos de uso – Determinação das taxas de desconto a serem utilizadas para desconto a valor presente, além da estimativa dos indicadores de atualização dos ativos arrendados a serem registrados no ativo e passivo;

- Nota explicativa 8: Imobilizado – Determinação das taxas de depreciação destes ativos, calculadas com base nos parâmetros fiscais;

- Nota explicativa 9: Intangível – Determinação dos critérios e taxas de amortização a serem aplicados sobre estes investimentos;

- Nota explicativa 15: Provisões para contingências – Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(c) Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

- Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

- Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Instrumentos financeiros – As principais políticas contábeis envolvendo instrumentos financeiros são: (a) Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia tem ativos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e pelo custo amortizado. (a.1) Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício; (a.2) Custo amortizado: São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. (b) Passivos financeiros não derivativos: São reconhecidos títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo realizada a baixa de um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. (c) Compensação de ativos e passivos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia detém o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou com possibilidade de resgate imediato e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras que não se enquadram nos critérios acima são segregadas, inclusive para apresentação em não circulante, quando a expectativa de resgate é superior a 365 dias. As contas garantidas, se utilizadas, são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos e financiamentos”, no passivo circulante.

3.3 Contas a receber – As contas a receber são mantidas com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, avaliadas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. São apresentadas no circulante, pois o prazo de liquidação não é superior a 40 dias. Não há constituição de provisões para perdas estimadas sobre recebíveis pois não há histórico de perdas.

3.4 Outros créditos – São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, classificados como ativo não circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de exigir a liquidação da operação em, pelo menos, um ano após a data-base.

3.5 Direitos de uso e arrendamentos a pagar – São reconhecidos inicialmente pelo valor presente dos pagamentos esperados para as operações de arrendamento e são, posteriormente, amortizados pelo prazo contratual, no caso dos ativos, e atualizados pelas taxas de desconto e amortizados pelos pagamentos, no caso dos passivos.

3.6 Imobilizado – As principais políticas contábeis envolvendo ativos imobilizados são: (a) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item de imobilizado têm diferentes vidas úteis elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Eventualmente, em situação de alienação, o custo original de aquisição e depreciação acumulada são atribuídos ao resultado, bem como as receitas de alienação oriundas da operação.

(b) Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos. (c) Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados tomando como base as taxas máximas admitidas fiscalmente, consideradas adequadas pela Administração. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são de 10 anos para máquinas e equipamentos, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios e equipamentos eletrônicos e de informática; 5 anos para veículos e; 25 anos para energia solar.

3.7 Intangível – (a) Contratos de concessão (Pronunciamento Técnico ICPC 01): A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que possui um direito contratual, neste caso, representado pelos gastos de melhoria aplicados à rodovia. De acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01, a remuneração recebida ou a receber pela Companhia deve ser registrada pelo seu valor justo, correspondendo aos direitos sobre um ativo intangível. (b) Direito de uso do bem público: Não é exigido da Companhia nenhuma remuneração compulsória ao poder concedente correspondente ao direito de concessão para exploração da Rodovia MT-130, desta forma, não foram reconhecidas obrigações dessa natureza. (c) Reconhecimento e mensuração: Itens do intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de amortização acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável, e acrescidos dos custos líquidos com empréstimos na formação do ativo qualificável. (d) Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado do exercício; (e) Amortização: Os investimentos em rodovia são amortizados pelo método de curva de tráfego estimado, considerando a projeção atual de prazo do contrato de concessão de 35 anos, processada a partir do início da operação em outubro de 2012. No caso dos softwares, a vida útil é estimada em 5 anos.

3.8 Obrigações trabalhistas e fiscais, fornecedores e outras obrigações – São reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. São classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, um ano após a data-base.

3.9 Empréstimos e financiamentos – São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, um ano após a data-base. Os custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa financeira no exercício em que são incorridos.

3.10 Patrimônio líquido – Capital social: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, não havendo custos incrementais atribuíveis à emissão de novas ações. Reservas de lucros: Quando existentes, serão destinadas conforme o Estatuto Social da Companhia, o qual prevê uma aplicação de 5% do lucro líquido para constituição da reserva legal, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. A reserva de incentivos fiscais é constituída sobre o benefício do lucro da exploração em que a Companhia é beneficiária, limitando a distribuição aos acionistas do valor incentivado. O saldo remanescente de lucros ou prejuízos do exercício é classificado temporariamente em reservas de lucros, até a destinação efetiva em assembleia de acionistas. Dividendos mínimos obrigatórios são constituídos para os exercícios em que há lucro líquido em percentual de 25% sobre o lucro remanescente após a constituição da reserva legal e que determinadas condições restritivas (covenants) são atendidas.

3.11 Provisões – Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar uma obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. As obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do período.

3.12 Reconhecimento da receita e custo dos serviços prestados – (a) Receitas: Compreendem o valor justo das tarifas de pedágio, apresentadas líquidas dos impostos incidentes. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, em regime de competência. (b) Custo dos serviços prestados: Englobam os gastos com pessoal e encargos sociais, depreciação e amortização, gastos diretos com manutenção e conservação, além de outros gastos diretamente relacionados à operação da rodovia, reconhecidos em regime de competência.

3.13 Despesas operacionais e outras receitas e despesas operacionais – (i) Despesas operacionais: Representam os valores incorridos relacionados às atividades administrativas e comerciais da Companhia, reconhecidos em regime de competência. (ii) Outras receitas e despesas operacionais: Representam receitas e despesas efetivamente incorridas e que não estão vinculadas diretamente com a operação.

3.14 Encargos financeiros líquidos – As despesas e receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

3.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido – (i) Impostos

correntes: Os impostos correntes se baseiam no lucro real do exercício, apurado trimestralmente. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais. (ii) Impostos diferidos: Os impostos diferidos são os tributos devidos ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

São representados pelos valores em espécie mantidos para o atendimento nas praças de pedágio, saldos em contas-correntes e aplicações financeiras junto a instituições financeiras. Estes saldos consistem em operações em fundo de renda fixa, remuneradas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa	428	402
Bancos	370	487
Aplicações financeiras	11	12
Saldos, em R\$ mil	809	901

Aplicações financeiras – O saldo de aplicações financeiras no circulante (R\$ 6.154 mil em 2023 e R\$ 6.304 mil, em 2022) possuem restrições para resgate, sendo lastro de garantias contratuais e utilizadas exclusivamente para pagamentos dos empréstimos e financiamentos com o Banco da Amazônia S/A. As aplicações financeiras mantidas no não circulante (R\$ 531 mil em 2023 e R\$ 384 mil em 2022) são referentes a títulos de capitalização do Banco da Amazônia S/A e seu vencimento e resgate serão realizáveis em períodos superiores a um ano.

5. Contas a receber

Os valores a receber consistem, basicamente, de créditos a serem repassados pelos operadores de meios eletrônicos de cobrança, cujo vencimento é concentrado em até 30 dias. As operações com a administradora de valores Via Fácil (CGMP) são isentas de tarifa, enquanto as mantidas com a Debtrans (MMMP) e Cielo (Visa Vale-Pedágio) apresentadas líquidas das taxas de administração.

Principais operadoras	2023	2022
Centro de Gestão de Meios de Pag. Ltd	2.597	1.927
Greenpass Tecnologia em Pagam. S/A	626	490
Cielo S/A	76	224
Outros clientes	643	482
Saldos, em R\$ mil	3.942	3.123

6. Outros créditos

Os saldos apresentados no ativo circulante são compostos principalmente por adiantamentos a prestadores de serviços e despesas com seguros a apropriar. No ativo não circulante o principal saldo refere-se a ressarcimentos por conta de pagamentos de desapropriações de proprietários de áreas onde foram implantadas as praças de pedágio. Este reembolso será efetuado pelo Governo do Estado do Mato Grosso ao final da concessão.

Outros créditos	2023	2022
Adiantamentos a fornecedores	1.066	257
Seguros a apropriar	376	314
Outros créditos	74	76
Circulante, em R\$ mil	1.516	647
Desapropriação de terras	375	375
Depósitos judiciais	28	26
Outros créditos	5	4
Não circulante, em R\$ mil	408	405

7. Direitos de uso e arrendamentos a pagar

A Companhia apurou e registrou ativos e passivos de contratos de arrendamento (Pronunciamento Técnico CPC 06/R2) baseada na análise das operações vigentes, onde o impacto mais significativo sobre as demonstrações financeiras é o reconhecimento do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso para os arrendamentos classificados como operacionais. Estes saldos referem-se ao contrato de aluguel das instalações da sede da Companhia, o qual foi firmado até o vencimento da concessão, em julho de 2046 e com parcelas mensais no valor de R\$ 19.136. Os registros das operações de arrendamento vigentes, para ambas as datas-bases destas demonstrações financeiras, são segregados conforme o quadro.

Direitos de uso	2023	2022
Saldos ativo	6.667	6.829
Saldos, em R\$ mil	6.667	6.829

Arrendamentos a pagar	2023	2022
Arrendamentos a pagar - circulante	211	247
Arrendamentos a pagar - não circulante	6.371	6.582
Saldos, em R\$ mil	6.582	6.829

8. Imobilizado

A movimentação dos bens do ativo imobilizado da Companhia, em ambos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, está demonstrada no quadro.

A Administração utiliza os critérios fiscais para cálculo da depreciação. As orientações do CPC 27 – Ativo imobilizado quanto a adoção de vida útil e valor residual ainda não adotadas pela Administração, a previsão é que em 2024 seja realizado o inventário físico destes bens, bem como adequação quanto aos critérios de depreciação.

Grupos de Imobilizado	2021	Adições	Baixas	Transferências	2022	Adições	2023
Custo de aquisição	15.240	4.265	(1.864)	-	17.641	1.263	18.904
Máquinas e equipamentos	7.718	3.156	(1.814)	-	9.060	44	9.104
Veículos	1.645	505	-	-	2.150	770	2.920
Equipamentos de informática	1.280	314	(44)	-	1.550	280	1.830
Equipamentos de telecomunicação	155	158	(2)	-	311	71	382
Móveis e utensílios	406	74	-	-	480	72	552
Usina solar	-	-	-	4.000	4.000	26	4.026
Outros	36	58	(4)	-	90	-	90
Imobilizado em andamento	4.000	-	-	(4.000)	-	-	-
Depreciação acumulada	(5.326)	(1.230)	971	-	(5.585)	(1.469)	(7.054)
Máquinas e equipamentos	(3.057)	(845)	971	-	(2.931)	(821)	(3.752)
Veículos	(1.602)	(40)	-	-	(1.642)	(1)	(1.643)
Equipamentos de informática	(754)	(186)	-	-	(940)	(182)	(1.122)
Equipamentos de telecomunicação	(51)	(29)	-	-	(80)	(369)	(340)
Móveis e utensílios	(153)	(38)	-	-	(191)	(25)	(216)
Usina solar	-	(97)	-	-	(97)	(162)	(259)
Outros	(32)	(2)	-	-	(34)	(21)	(55)
Ajustes de depreciação pela vida útil	323	7	-	-	330	3	333
Saldos, em R\$ mil	9.915	3.035	(893)	-	12.057	(206)	11.851

9. Intangível

O ativo intangível é composto pelos gastos com a recuperação e melhoramento da Rodovia MT-130, os quais concentram-se em serviços de engenharia e de conservação, manutenção, licenças de instalação de caráter ambiental, juros capitalizados no período de construção, entre outros.

Descrição	2021	Adições	2022	Adições	Reclassif.	2023
Custo original	225.277	-	225.277	-	(136)	225.141
Gastos do projeto de construção	225.136	-	225.136	-	-	225.136
Outros intangíveis	141	-	141	-	(136)	5
Amortização acumulada	(33.331)	(7.148)	(40.479)	(10.002)	(102)	(50.583)
Gastos do projeto de construção	(33.331)	(7.148)	(40.479)	(10.002)	(102)	(50.583)
Saldos, em R\$ mil	191.946	(7.148)	184.798	(10.002)	(238)	174.558

Pronunciamento Técnico ICPC 01 – Com base nas análises desenvolvidas no início das operações, a Companhia enquadrou o seu modelo de concessão ao Pronunciamento Técnico ICPC 01 – Contratos de concessão, tendo em vista que o projeto atende cumulativamente aos principais quesitos que caracterizam os negócios cobertos pela norma: (i) Os investimentos realizados pela Companhia serão revertidos ao poder concedente ao final do contrato de concessão, (ii) a regulamentação sobre a prestação de serviços é determinada pelo poder concedente, (iii) são exigidas apenas taxas mensais apuradas sobre as receitas de pedágio e, (iv) não há pagamento inicial previsto contratualmente. Sendo assim, não foram reconhecidos direitos de uso de bem público para esta concessão. A amortização dos gastos com o projeto é dada conforme a curva de tráfego projetada inicialmente quando da elaboração da concessão, contudo, a Administração avaliará um aprimoramento deste critério em função das variações de tráfego na rodovia.

10. Obrigações trabalhistas

Os saldos de obrigações trabalhistas englobam tanto obrigações correntes quanto obrigações previdenciárias que foram objeto de parcelamento junto ao fisco federal. Os parcelamentos em aberto foram firmados em 60 meses, com vencimento final em 09/2027, e estão devidamente atualizados.

Obrigações trabalhistas	2023	2022
Provisão e encargos sobre férias	838	789
Parcelamentos previdenciários	658	665
INSS a recolher	726	678
FGTS a recolher	41	57
IRRF a recolher	54	37
Outras verbas trabalhistas a pagar	12	80
Circulante, em R\$ mil	2.329	2.306
Parcelamentos previdenciários	1.496	1.935
Não circulante, em R\$ mil	1.496	1.935

11. Obrigações fiscais

As obrigações fiscais em aberto englobam passivos correntes e parcelamentos realizados junto ao fisco federal. Os parcelamentos fiscais possuem vencimentos variáveis, sendo o mais longo firmado em 84 parcelas, com prazo final em 02/2029. Quanto ao ISS a recolher, há valores em aberto, mantidos a valor histórico, sendo que a Administração está em processo de negociação com as respectivas prefeituras.

Obrigações fiscais	2023	2022
Parcelamentos fiscais federais	5.682	3.738
ISS a recolher	2.624	1.843
Pis a recolher	120	138
Cofins a recolher	790	691
Taxas da Ager	4	110
ISS retido a recolher	-	98
Outros impostos a recolher	247	214
Circulante, em R\$ mil	9.467	6.832
Parcelamentos fiscais federais	10.898	7.649
Não circulante, em R\$ mil	10.898	7.649

12. Fornecedores

Referem-se às obrigações da Companhia, totalmente em Real para com fornecedores de serviços e materiais necessárias para a operação da concessão.

Principais fornecedores	2023	2022
CPN Transp. Revend. Retalhista Ltda.	529	-
NTA - Novas Técnicas de Asfalto Ltda.	405	152
Scansource Brasil Dis. Tec. Ltda.	302	-
Prosalv Medicina Pré Hospitalar Ltda.	112	320
Primavera Diesel Ltda.	-	1.222
Partes relacionadas	1.858	1.889
Outros fornecedores	1.502	1.851
Saldos, em R\$ mil	4.708	5.434

Os saldos informados como vencidos estão em processo de negociação por parte da Administração junto aos credores os quais são, em sua maioria, partes relacionadas.

Fornecedores por vencimento	2023	2022
A vencer	2.408	3.061
Até 30 dias	1.408	2.511
De 31 a 90 dias	816	529
De 91 a 180 dias	184	21
Vencidos	2.300	2.373
Até 180 dias	258	6
De 181 a 365 dias	2	1.947
Acima de 365 dias	2.040	420
Saldos, em R\$ mil	4.708	5.434

13. Empréstimos e financiamentos

As operações de captação junto ao mercado financeiro, totalmente em Real, estão detalhadas conforme o quadro, sendo que os encargos de juros são apropriados em regime de competência. As taxas de juros variam entre 2,5% a 23,3%, sendo que há operações pontuais com taxas variáveis (TJLP e IPCA).

Instituição financeira	Modalidade	Vencimento	2023		2022	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco da Amazônia	CCB BNDES	2027	9.115	60.651	3.783	13.872
Banco da Amazônia	CCB Sudam	2033	3.805	10.147	9.234	68.007
Banco Caterpillar	CCB	2026	589	684	732	1.304
Banco Caterpillar	Finame	2025	442	187	585	670
Primagredi	CCB	2025	564	282	542	814
Banco Sicredi	CCB	2028	1.066	2.765	2.388	3.629
Banco Sicredi	Finame	2028	88	350	114	400
Banco Volkswagen	Finame	2027	393	1.039	149	535
Saldos, em R\$ mil			16.062	76.105	17.527	89.251

Garantias: Para as operações vigentes nesta data-base, são exigidas contratualmente as seguintes garantias e outros termos para as operações de crédito:

(a) **CCB Sudam:** Vinculação da totalidade das receitas do contrato de concessão, penhor das ações ordinárias da Companhia, aval de acionistas, conta vinculada das receitas, conta reserva para segurança do principal da dívida (equivalente a uma parcela – nota explicativa 4), endosso de apólices de seguro-garantia e contratação de auditores independentes com registro em CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

(b) **Finame:** As operações de Finame, conforme as normas operacionais desta linha de crédito, contam com alienação fiduciária dos bens financiados.

(c) **CCB BNDES:** A cédula de crédito bancário emitida pelo BNDES segue as mesmas exigências citadas no item “a”, além de limitar a distribuição de dividendos maiores que os mínimos obrigatórios e de juros sobre capital próprio se o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) do período, calculado de acordo com as diretrizes do contrato, for inferior à 1,2. Esta restrição também é condicionada a participação de capital próprio em nível inferior a 20% do passivo total. Embora este indicador não tenha sido atingido para os últimos dois anos, a Companhia vem mantendo as obrigações adimplentes e administrando com a instituição a isenção de eventuais sanções.

14. Outras obrigações

Estes passivos são compostos, de forma preponderante, por saldos com partes relacionadas. Tais valores foram segregados, de forma conservadora, conforme a expectativa de exigibilidade avaliada pela Administração, não havendo remuneração prevista entre as partes.

Outras obrigações	2023	2022
Partes relacionadas	-	1.702
Adiantamento de clientes	-	37
Obrigações diversas	11	14
Circulante, em R\$ mil	11	1.753
Partes relacionadas	7.992	6.732
Obrigações diversas	545	5
Não circulante, em R\$ mil	8.537	6.737

15. Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento, normais da sua atividade, e está discutindo essas questões nas esferas administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são suportadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos internos e externos.

Perdas prováveis – A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com as ações cíveis em curso, no montante de R\$ 1.514 mil (R\$ 846 mil em 2022).

Perdas possíveis – O valor das causas classificadas pelos assessores jurídicos da Companhia como de probabilidade de perda “possível”, nesta data-base, soma R\$ 554 milhões, composta por duas ações: (i) Ao final do ano de 2018, o Ministério Público de Estado Mato Grosso ingressou com um processo que questiona o certame licitatório da concessão administrada pela Companhia, requerendo a nulidade do processo e consequente perda da concessão. Na data-base destas demonstrações financeiras, os assessores jurídicos apresentaram suas manifestações junto a Vara Especializada de Ação Civil Pública e Ação Popular da Comarca de Cuiabá/MT, sendo aguardada instrução processual. A Administração, amparada pela sua assessoria jurídica, considera este processo improcedente, não justificando a constituição de eventual provisão para perdas com relação a este assunto, cujo valor estaria na ordem de R\$ 477 milhões e; (ii) outra ação promovida também pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Vara Especializada de Ação Civil Pública e Ação Popular da Comarca de Cuiabá/MT, estabelecida em junho de 2019, refere-se a improbidade administrativa com perdimento de bens com danos morais, cujo valor da causa é de R\$ 77 milhões. O processo ainda em fase de aguardo de instrução. Adicionalmente, constam outros processos em andamento estimados em R\$ 1.752 mil.

16. Patrimônio líquido

As contas que formam o patrimônio líquido da Companhia são formadas por:

- Capital social – O capital social da Companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias, com valor unitário de R\$ 1,00, sendo R\$ 51.529 mil em 2023 e R\$ 51.336 mil em 2022.

- Reservas de lucros – Além da reserva legal, constituída a razão de 5% do

lucro líquido do exercício apurado em cada final de exercício social, conforme disposições do artigo 194 da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) e o Estatuto Social da Companhia, está prevista a formação de uma reserva adicional de lucros a partir dos resultados positivos auferidos, a ser deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, e a retenção obrigatória de reserva de incentivos fiscais oriundas das políticas regionais de isenção do imposto de renda calculado com base no lucro da exploração.

• Distribuição de dividendos – Não foram distribuídos dividendos em ambos os exercícios, sendo que os valores provisionados em 2022 foram retornados à Companhia na forma de integralização de capital social.

17.Receitas líquidas e custos dos serviços prestados

As receitas auferidas nas praças de pedágio, os impostos incidentes e principais componentes do custo com serviços são destacados no quadro. Os serviços prestados por partes relacionadas totalizaram R\$ 6.398 mil (R\$ 666 mil em 2022).

Receitas e custo dos serviços	2023	2022
Receitas líquidas	64.757	60.758
Receitas de pedágio	72.430	67.921
ISS	(3.652)	(3.419)
Pis	(458)	(424)
Cofins	(2.114)	(1.962)
Taxas da AGER	(1.449)	(1.358)
Custo dos serviços de terceiros	(48.168)	(46.711)
Custo dos serviços de terceiros	(28.298)	(29.984)
Depreciação e amortização	(11.387)	(8.306)
Remunerações	(5.589)	(5.754)
INSS sobre folha de pagamento	(1.566)	(1.467)
Encargos (exceto INSS)	(401)	(518)
Outros benefícios	(927)	(682)
Lucro bruto, em R\$ mil	16.589	14.047

18.Despesas operacionais

As principais despesas operacionais incorridas, reconhecidas em regime de competência, são distribuídas conforme o quadro abaixo.

Despesas operacionais	2023	2022
Administrativas	(3.216)	(4.404)
Serviços de terceiros	(1.525)	(2.393)
Manutenção de softwares	(287)	(301)
Despesas com aluguel de imóveis	(270)	(253)
Despesas com veículos	(151)	(239)
Ressarcimentos aos usuários	(132)	(150)
Despesas com telecomunicações	(47)	(97)
Energia elétrica	(11)	(79)
Depreciação	(84)	(70)
Outras despesas administrativas	(709)	(822)
Pessoal	(2.334)	(2.292)
Salários	(1.502)	(1.370)
INSS	(429)	(391)
FGTS	(114)	(101)
Vale alimentação	(174)	(244)
Outras despesas com pessoal	(115)	(186)
Totais, em R\$ mil	(5.550)	(6.696)

19.Outras receitas e despesas operacionais

Os principais saldos têm origem nas receitas de uso da faixa de domínio e provisões para contingência, bem como indenizações de processos, reconhecidos em regime de competência.

Outras receitas e despesas	2023	2022
Outras receitas	915	1.974
Uso da faixa de domínio	618	442
Resultado na venda de imobilizado	-	1.420
Outras receitas operacionais	297	112
Outras despesas	(1.738)	(336)
Indenizações	(1.055)	-
Provisão para contingências	(668)	(321)
Multas indedutíveis	(15)	(15)
Totais, em R\$ mil	(823)	1.638

20.Encargos financeiros líquidos

O resultado financeiro auferido pela Companhia é impactado principalmente por gastos com juros e multas sobre empréstimos e financiamentos, parcelamentos e obrigações fiscais, demonstrados como segue.

Encargos financeiros líquidos	2023	2022
Receitas financeiras	564	725
Rendimentos de aplicações financeiras	529	695
Outras receitas financeiras	35	30
Despesas financeiras	(10.027)	(8.844)
Juros sobre emp. e financiamentos	(5.362)	(5.634)
Juros sobre obrigações fiscais	(2.845)	(1.084)
Juros sobre atrasos de pagamentos	(660)	(506)
Multas sobre obrigações fiscais	(561)	(952)
Taxas de administração de cartões	(294)	(267)
Outras despesas financeiras	(305)	(401)
Totais, em R\$ mil	(9.463)	(8.119)

21.Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Companhia é optante pelo lucro real trimestral, calculando e registrando seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de apuração dos impostos.

Os impostos diferidos são decorrentes principalmente de diferenças temporárias referentes aos encargos financeiros capitalizados no intangível (nota explicativa 9), dedutíveis no momento inicial e realizáveis em função da amortização do ativo durante o prazo de concessão.

Conciliação dos impostos (2023)	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(56)	599	(985)	1.379
Adições	55	76	70	86
Exclusões	-	(203)	-	(440)
Base antes das compensações	(1)	472	(915)	1.025
IRPJ (15%)	-	71	-	154
IPRJ Adicional (10%)	-	41	-	97
CSLL (9%)	-	42	-	92
Valor do imposto	-	154	-	343
Benefício fiscal SUDAM	-	(43)	-	(140)
Benefício fiscal PAT	-	(3)	-	(6)
Encargo fiscal trimestral, em R\$ mil	-	108	-	197
Encargo fiscal anual, em R\$ mil	-	-	-	305

Conciliação dos impostos (2022)	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(10)	(54)	304	630
Adições	-	56	59	81
Exclusões	(2)	(2)	(140)	(205)
Base antes das compensações	(12)	-	223	506
IRPJ (15%)	-	-	33	76
IPRJ Adicional (10%)	-	-	16	45
CSLL (9%)	-	-	20	46
Valor do imposto, em R\$ mil	-	-	70	166
Benefício fiscal SUDAM	-	-	(20)	(61)
Benefício fiscal PAT	-	-	(2)	(3)
Encargo fiscal trimestral, em R\$ mil	-	-	48	102
Encargo fiscal anual, em R\$ mil	-	-	-	150

Impostos diferidos	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Juros capitalizados ao intangível	6.465	6.465	6.437	6.437
Depreciação societária	333	333	330	330
Provisão para contingências	(1.514)	(1.514)	(846)	(846)
Base de cálculo, em R\$ mil	5.284	5.284	5.921	5.921
Alíquota dos impostos	25%	9%	25%	9%
Saldos, em R\$ mil	(1.321)	(476)	(1.480)	(533)

Movimentação de impostos diferidos	2023	2022
Saldo inicial	(2.013)	(2.194)
Reversão de impostos diferidos	216	181
Saldos, em R\$ mil	(1.797)	(2.013)

22.Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como a movimentação das contas de resultado envolvendo transações entre partes relacionadas são demonstradas conforme os quadros.

Fornecedores	Nota	2023	2022
Construtora Pavimat Ltda.	12	1.848	10
Construtora Deterra Ltda.	12	10	1.879
Saldos, em R\$ mil		1.858	1.889

Prestações de serviços / alugueis	Nota	2023	2022
Construtora Pavimat Ltda.	17	6.398	92
Construtora Deterra Ltda.	17	-	574
Totais, em R\$ mil		6.398	666

Outras obrigações	Nota	2023	2022
Construtora Tripold Ltda.	14	5.181	5.181
Construtora Deterra Ltda.	14	1.551	1.551
Constral Construtora Ltda.	14	1.260	-
Construtora Pavimat Ltda.	14	-	1.702
Saldos, em R\$ mil		7.992	8.434

23.Seguros contratados

A Companhia é responsável por obrigações assumidas em contratos de financiamento e pela contratação de seguros que visam garantir a efetiva cobertura dos riscos inerentes a execução das atividades pertinentes à concessão.

Seguradora	Contratação	Vencimento	Objeto segurado	Cobertura
Pottencial Seguradora	1/2/2023	1/2/2024	Seguro de frota	100% FIPE
Fairfax Brasil	1/9/2023	1/9/2024	Responsabilidade civil	5.000
Fairfax Brasil	1/9/2023	1/9/2024	Riscos operacionais	225.611
Porto Seguro	15/10/2023	15/10/2024	Seguro de frota	100% FIPE
Porto Seguro	15/10/2023	15/10/2024	Seguro de frota	100% FIPE
Axa Seguros	13/7/2023	13/7/2025	Seguro garantia	46.000
Axa Seguros	13/7/2023	13/7/2025	Seguro garantia	38.000
Saldos, em R\$ mil				314.611

A partir do início das operações da rodovia, foram contratados seguros visando atendimento às exigências contratuais e garantia dos bens físicos da Concessão, sendo que a Administração da Companhia considera as coberturas contratadas suficientes para cobrir eventuais sinistros. O escopo dos auditores independentes não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

Ativos	2023	2022
Bancos	370	487
Aplicações financeiras	6.696	6.700
Contas a receber	3.942	3.123
Outros créditos	482	481
Saldos, em R\$ mil	11.490	10.791

24.Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da Companhia em atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos no Brasil. Os riscos são administrados considerando governança e controles estabelecidos, o que envolve a participação ativa da alta Administração. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(a) Risco de crédito: É o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. Os saldos de bancos e aplicações financeiras são mantidos em bancos de primeira linha como forma de redução do risco de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito e são demonstrados conforme o quadro.

(b) Risco de liquidez: É o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Passivos financeiros	Contábil	Fluxos de caixa				Total
		Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 4 anos	> de 4 anos	
Obrigações trabalhistas	3.825	2.571	1.664	-	-	4.236
Obrigações fiscais	20.365	11.276	5.596	4.430	3.383	24.685
Fornecedores	4.708	4.708	-	-	-	4.708
Empréstimos e financiamentos	92.167	20.140	18.196	16.394	50.056	104.786
Arrendamentos a pagar	6.582	211	217	224	12.661	13.313
Outras obrigações	8.660	11	8.537	-	-	8.548
Dividendos a pagar	112	112	-	-	-	112
Saldos, em R\$ mil	136.419	39.029	34.210	21.048	66.100	160.388

(c) Risco de mercado: É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia não está exposta a riscos significativos desta natureza, exceto pelas taxas de juros variáveis de alguns empréstimos e financiamentos (nota explicativa 13), desta forma, não apresenta uma análise acerca destes itens. As questões operacionais relacionadas ao contrato de concessão são monitoradas de forma permanente por parte da Administração.

25.Aspectos sociais, ambientais e operacionais

Com o objetivo maior de prover desenvolvimento sustentável à região abrangida pela MT-130, além da segurança para plena trafegabilidade, a Companhia iniciou em 2012 os investimentos previstos no Contrato de Concessão firmado junto ao Estado de Mato Grosso, por intermédio da SETPU (atual Sinfra-MT).

O projeto proporciona a geração de 408 empregos diretos, sendo 208 efetivos e 200 terceirizados, além de outros 102 indiretos, contribuindo de forma relevante para o desenvolvimento econômico dos municípios margeados pela rodovia.

Focada na qualificação profissional de seus colaboradores para o desempenho das suas funções nos mais altos padrões de excelência, a Companhia investe fortemente no desenvolvimento de sua equipe através de convênios sistemáticos junto a entidades de ensino superior e empresas especializadas em treinamento.

Com investimentos totais de R\$ 220 milhões na fase inicial do Contrato de Concessão, o projeto executou a recuperação da rodovia, que incluiu a reposição do seu pavimento asfáltico e aplicação de sinalizações horizontal e vertical, instalação de muros de arrimo e drenagens, disponibilização de serviços de vigilância patrimonial, resgate médico, inspeção de tráfego, socorro mecânico, posto de pesagem e atendimento a acidentes e uma central de atendimento ao cliente (SAC) funcionando 24 horas. Os serviços executados observam as diretrizes do Contrato de Concessão, visando a preservação ambiental e os mais rígidos padrões de segurança.

Por fim, há de se destacar a geração de tributos proporcionada pela Concessão, beneficiando de forma direta os municípios ao longo da rodovia, além dos fiscos estadual e federal.

Primavera do Leste/MT, 08 de março de 2024.

Franciel Tscha
Sinara da Rosa Portela

Diretor-Presidente
Contadora, CRC-MT 015747/O-4

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/5FB3-7606-659E-0704> ou vá até o site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5FB3-7606-659E-0704



Hash do Documento

0517197A1E1D4EC7A11AC2B7B2715ADFBF72BF4D9EE11738DFAB59EF550383F6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/04/2024 é(são) :

- Samuel Logrado De Souza (Signatário - Sociedade Impressora Souza Ltda) - 109.220.911-53 em 19/04/2024 11:47 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - SOCIEDADE IMPRESSORA SOUZA LTDA - 03.178.639/0001-50

